

O novo código RDA sob a perspectiva das tarefas do usuário

Raquel Bernadete Machado

Universidade Federal de Santa Catarina, Biblioteca Central, Florianópolis, SC, Brasil

raquelfloripa@gmail.com

Ana Maria Pereira

Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Gestão da
Informação, Florianópolis, SC, Brasil

anamariapere@gmail.com

Resumo: O *Resource Description and Access* (RDA) configura-se atualmente como a nova diretriz para a catalogação de recursos informacionais. As atividades relacionadas à elaboração de um catálogo necessitam considerar, primordialmente, as tarefas que o usuário cumprirá na busca da informação. O modelo conceitual denominado *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) arrola quatro tarefas básicas do usuário: encontrar, identificar, selecionar e obter. Assim, o objetivo deste artigo é analisar como a aplicação das novas diretrizes de catalogação RDA poderá contribuir para auxiliar na realização de tais tarefas. Com base na revisão de literatura, são apresentadas algumas considerações acerca do código RDA sob a perspectiva das tarefas do usuário. Conclui-se que a navegabilidade é a principal característica que um catálogo precisa apresentar ao usuário, desde que sejam desenvolvidos sistemas de gerenciamento de acervo mais robustos que os atualmente em uso, adaptados às inovações propostas pelo RDA e pelos modelos conceituais.

Palavras-chave: Catalogação. Catálogos. Recuperação da informação. RDA.

The new RDA code from the perspective of user tasks

Abstract: The *Resource Description and Access* (RDA) currently is configured as a new guideline for the cataloging of information resources. Activities related to the preparation of a catalog need to consider primarily the user tasks that you will comply in search of information. The conceptual model called *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) enrolls four basic user tasks: find, identify, select and obtain. The objective of this article is to analyze how the application of new cataloging guidelines RDA may contribute to assist in performing such tasks. Based on the literature review, presents some considerations about the RDA code from the perspective of user tasks. It concludes that the navigability is the main feature that a catalog needs to present to the user, since more robust collection management systems are developed than those currently in use adapted to the innovations proposed by the RDA and the conceptual models.

Keywords: Cataloging. Catalog. Information retrieval. RDA.

La nueva norma RDA bajo la perspectiva de las tareas del usuario

Resumen: El *Resource Description and Access* (RDA) se configura actualmente como la nueva directriz para la catalogación de recursos informacionales. Las actividades relacionadas a la elaboración de un catálogo necesitan considerar, básicamente, las tareas que el usuario cumplirá en la búsqueda de la información. El modelo conceptual denominado *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) relaciona las cuatro tareas básicas del usuario: encontrar, identificar, seleccionar y obtener. Así, el objetivo de este artículo es analizar como la aplicación de las nuevas directrices de catalogación RDA podrán contribuir a apoyar las realización de tales tareas. En base a la revisión de literatura, se

presentan algunas consideraciones acerca del código RDA bajo la perspectiva de las tareas del usuario. Se concluye que la navegabilidad es la principal característica que un catálogo necesita presentar al usuario, a partir del desarrollo de sistemas de gestión de acervo más robustos que los actualmente en uso, adaptados a las innovaciones propuestas por el RDA y por los modelos conceptuales.

Palabras clave: Catalogación; Catálogos; Recuperación de la información; RDA

1 Introdução

O *Resource Description and Access* (RDA) configura-se atualmente como a nova diretriz para a catalogação de recursos informacionais em substituição ao seu antecessor, o Código de Catalogação Anglo-Americano (2004), segunda edição (AACR2). Foi desenvolvido por um grupo de instituições de diversos países e propõe-se a ser o novo código de catalogação com o foco voltado para o ambiente digital e para os usuários de catálogos (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2013; OLIVER, 2011; SERRA, 2013).

Essa nova ferramenta tem sua base teórica desenvolvida no modelo conceitual denominado *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), que são requisitos funcionais para registros bibliográficos. Os FRBR foram ampliados posteriormente à sua publicação em outros dois modelos para dados de autoridades e dados de assunto, os *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) e os *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD), respectivamente.

Destaca-se que, no desenvolvimento dos modelos conceituais e do próprio RDA, o ponto mais relevante considerado é a visão do usuário de um catálogo, como ele se comporta na busca pela informação, como os recursos devem ser disponibilizados e como melhorar a recuperação dos itens informacionais.

Ressalta-se também que se entende por usuário aquele indivíduo ou o catalogador que utiliza os serviços e produtos de uma unidade de informação. No contexto das bibliotecas universitárias, por exemplo, podem ser incluídos nessa categoria os atores da comunidade acadêmica, como os docentes, os discentes e os pesquisadores.

Contudo, é evidente que os usuários de um *On line Public Access Catalog* (OPAC) – ou catálogos em linhas de acesso público, isto é, catálogos eletrônicos disponíveis em rede – não se restringem apenas à comunidade local, já que seu âmbito é ilimitado via *web*. As informações contidas em um catálogo possuem ampla visibilidade à sociedade servindo de fonte de informação para diversos profissionais, destacando-se os bibliotecários que compartilham dados bibliográficos.

Sobre quem é afinal o usuário, Mey e Silveira (2010) destacam que ele pode ser ao mesmo tempo um e/ou múltiplo, ou seja, hoje pode ser usuário; amanhã, um criador; em outro momento, profissional da documentação; ou, ainda, um grupo com interesses comuns.

Para tanto, foram pensadas as tarefas dos usuários, as *users tasks*, expressão incluída nos três modelos conceituais, FRBR, FRSAD e FRAD (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009, 2010, 2013) e conceituadas por Oliver (2011, p. 19) como atividades genéricas realizadas pelos usuários que se referem “[...] à navegação por grandes volumes de dados com o objetivo de descobrir e obter a fonte demandada.”

Maimone, Silveira e Tálamo (2011) enfatizam bem a importância das *users tasks* quando analisam que, ao estipular essas tarefas, os FRBR revelam quais as necessidades dos usuários. Assim, o catálogo e os registros bibliográficos devem possibilitar a realização das tarefas pelos usuários, pois o foco da catalogação está neles. Mey e Silveira (2010, p. 127) acrescentam ainda que o catálogo pode ser visto como um “[...] produto da catalogação, como meio comunicativo para interação entre criador, usuário e documento, em seu sentido amplo.” O catálogo funciona, dessa forma, como instrumento de comunicação que precisa interpretar as necessidades dos usuários.

Araújo (2010) pondera essa questão da função do catálogo quando afirma que a premissa da ferramenta não está centrada tanto no usuário mas no objeto em si, sem preocupação com as formas de representação e organização do usuário. Em outras palavras, importa mais pensar o catálogo como instrumento que possibilita aos usuários satisfazer suas necessidades informacionais dentro do próprio estilo de busca. Em vista disso, é possível avaliar que são os catálogos que devem se adequar às atividades realizadas pelos usuários e não o contrário.

Mey (1987, p. 3) analisa um ponto importante com relação aos catálogos, os quais ela classifica como “[...] elo entre usuário e acervo [...]”. Na visão da autora, no que diz respeito à finalidade do catálogo e às inovações ocorridas ao longo do tempo – e aqui se destaca a automação dos registros bibliográficos –, não houve mudanças substanciais que, de fato, contribuíssem para a ligação usuário-acervo. Mesmo com aperfeiçoamentos, mudou a aparência do catálogo mas não seu conteúdo.

As atividades relacionadas à elaboração de um catálogo devem considerar, primordialmente, as tarefas que o usuário cumprirá na busca da informação. Assim sendo, o objetivo deste artigo é analisar como a aplicação do RDA poderá contribuir para auxiliar na realização de tais tarefas.

O presente estudo é parte da dissertação de mestrado intitulada “Análise do RDA para teses e dissertações em literatura e cinema”¹. Por meio de pesquisa bibliográfica são cotejadas as considerações teóricas de alguns autores acerca do RDA com as tarefas do usuário,

¹ A pesquisa foi desenvolvida no Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina.

evidenciando as principais vantagens ou dificuldades na aplicação da nova diretriz na catalogação de recursos informacionais.

Foi realizada pesquisa bibliográfica em uma base de dados nacional (BRAPCI) e em duas bases de nível internacional (*LISA e Scopus*), abarcando artigos de periódicos dos últimos cinco anos (2010 a 2014). Delimitou-se a busca por trabalhos que abordassem o novo padrão RDA, bem como os modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD. Também foram consultadas algumas obras sobre o tema deste estudo. Com base na revisão de literatura, são apresentadas considerações acerca do código RDA sob a perspectiva das tarefas do usuário.

2 Tarefas dos Usuários (*Users Tasks*)

Para fins de análise deste estudo, optou-se por considerar as *users tasks* do primeiro modelo conceitual FRBR e que deu origem aos demais modelos FRAD e FRSAD². As tarefas a serem atendidas pelos usuários previstas e descritas nos FRBR (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009, p. 79, tradução nossa) são as seguintes:

- **encontrar** entidades que correspondam aos critérios estabelecidos de pesquisa do usuário, ou seja, localizar uma única entidade ou um conjunto de entidades em um arquivo ou banco de dados como o resultado de uma pesquisa usando um atributo ou relacionamento da entidade;
- **identificar** uma entidade, ou seja, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade desejada, ou distinguir entre duas ou mais entidades com características semelhantes;
- **selecionar** uma entidade que seja adequada às necessidades do usuário, isto é, escolher uma entidade que atenda aos requisitos do usuário em relação ao conteúdo, formato físico, e outros, ou para rejeitar uma entidade como sendo inadequada para as necessidades do usuário;
- **obter** ou adquirir acesso à entidade descrita, significa a aquisição de uma entidade por meio de compra, empréstimo, e outros, ou para acessar uma entidade eletronicamente mediante uma conexão em linha por um computador remoto.

² No modelo FRAD, são previstas duas tarefas adicionais – “contextualizar e justificar” –; no modelo FRSAD destaca-se a tarefa “navegar”. Esta prevê que, em um catálogo, o usuário possa explorar os diversos registros por meio dos assuntos e seus relacionamentos. Nesta pesquisa, optou-se por considerar apenas as tarefas básicas definidas no primeiro modelo FRBR e que foi levada em conta também no RDA *Toolkit* (2010).

Dessa forma, estabeleceu-se uma relação da aplicação do RDA com as tarefas dos usuários a fim de analisar sob uma perspectiva prática e objetiva como o novo padrão pode contribuir para a realização de tais tarefas de acordo com as considerações teóricas de alguns autores elencados ao longo deste estudo. Dessa maneira, a relação estabelecida foi assim pensada:

- **encontrar:** analisar os dados básicos e essenciais na descrição de um recurso e quais os atributos necessários para facilitar a busca;
- **identificar:** comentar sobre os dados complementares e os relacionamentos entre entidades e mostrar a importância do controle de autoridades no cumprimento da tarefa de identificar essas entidades;
- **selecionar:** analisar como a descrição física e a descrição temática contribuem para o usuário selecionar um item no catálogo;
- **obter:** comentar como devem ser planejados e desenvolvidos os sistemas de gerenciamento da informação, levando-se em conta as necessidades dos usuários de catálogos.

Considerando que o RDA tem seu foco no usuário, entende-se que essa nova diretriz na catalogação deve desenvolver dados mais apropriados para a realização das tarefas em um catálogo. A seguir, são explanadas as considerações teóricas acerca da aplicação do RDA com vistas às tarefas de encontrar, identificar, selecionar e obter.

2.1 Encontrar

O imprescindível na escolha dos dados e dos campos utilizados no tratamento de um recurso é considerar as necessidades dos usuários e essa é uma questão interna adotada pela instituição. O RDA objetiva gerar e apresentar dados que possuam eficiência, flexibilidade, continuidade, diferenciação, suficiência, exatidão, entre outras características (RDA..., 2010).

De acordo com Bezerra e Marcondes (2012, p. 10), as tarefas dos usuários “[...] se efetivam através de total afinidade entre os elementos da descrição e as questões do usuário [...]”. Devido a isso, os autores enfatizam que é indispensável mais atenção dos catalogadores. É preciso conhecer o usuário para oferecer produtos adequados às suas necessidades.

Para atender às perspectivas dos usuários, é importante que o catalogador interprete as regras de catalogação a fim de descrever melhor os recursos informacionais. Da mesma forma é necessário considerar o formato MARC 21 utilizado por diferentes sistemas automatizados para o intercâmbio de dados, já que o mesmo apresenta os campos e subcampos para a descrição de um recurso informacional.

O referido formato foi desenvolvido pela Library of Congress (LC) – a Biblioteca do Congresso americano – e é considerado um esquema de metadados que apresenta campos e subcampos para a apresentação da informação em um sistema, de acordo com os padrões de catalogação, incluindo o AACR2.

A respeito do correto entendimento das regras aliado à análise da entidade que se está representando, Mey e Silveira (2010) afirmam que desse modo é possível consolidar a estrutura de um catálogo e sua inter-relação com os usuários e demais instituições.

Santana Chavarria (2013, p. 2, tradução nossa) reflete também sobre a questão da interpretação das regras e salienta que a catalogação pode ser considerada fácil na aplicação delas, mas sua interpretação é complexa, principalmente se não há políticas bem definidas ou quando os sistemas não atendem aos parâmetros necessários à catalogação. Isto é, a catalogação que efetivamente atenda às tarefas dos usuários depende dos profissionais, mas também da estrutura tecnológica envolvida.

No entendimento de Salles e Esteves (2012), ampliar o estudo sobre os FRBR e sobre as regras de catalogação é o desafio imediato aos profissionais, com vistas ao desenvolvimento de catálogos e bancos de dados bibliográficos que satisfaçam as tarefas dos usuários.

Sob esse ponto de vista, pode-se refletir como os profissionais visualizam a mudança de um padrão já estabelecido há algum tempo para o novo código. Salta (2012) comenta a propósito do alto grau de correspondência entre o AACR2 e o RDA, e lembra que há uma continuidade forte e explícita com regras inicialmente estabelecidas pelo AACR2. Os profissionais devem estar cientes das futuras modificações quando da implementação do RDA. De acordo com Estivill-Rius (2011b), os efeitos das novas regras serão percebidos em médio prazo.

Hatsek e Hillesheim (2013) observam que o RDA utiliza elementos reestruturados do AACR2; no entanto, de forma mais organizada e melhor fundamentada e adaptada para o ambiente digital. Contudo, é necessário refletir como deve ser a descrição de um recurso para o usuário. Simionato e Santos (2012, p. 2) ressaltam que “[...] quanto mais específica e detalhada for a descrição, as informações apresentadas ao usuário final serão mais completas.”

A instituição catalogadora precisa estabelecer um nível de detalhamento no tratamento dos recursos informacionais. Alves, Santos e Simionato (2012) destacam o termo granularidade, originado na área da Ciência da Computação, para referir-se aos níveis de detalhamento da descrição de um recurso informacional. A granularidade, segundo as autoras, pode ser de dois tipos: fina, em que ocorre um nível de detalhamento alto; e grossa, em que se apresenta um baixo nível de detalhamento.

Referente ao alto nível de detalhamento, o formato MARC 21 apresenta um esquema de metadados exaustivo e altamente estruturado, e possibilita a construção de registros bibliográficos que representem diversos tipos de recursos informacionais em termos de conteúdo e forma. O MARC 21 apresenta ainda um alto nível de detalhamento na descrição, mas é a escolha dos campos pela agência catalogadora que determina o nível de granularidade (ALVES; SANTOS; SIMIONATO, 2012). Dessa forma, infere-se que o tanto o RDA como o AACR2 são compatíveis com o referido formato no que se refere ao nível de especificidade da descrição.

Quando comparados os dois padrões, Alves, Santos e Simionato (2012) esclarecem que o AACR2 apresenta menor detalhamento e precisão, e, de outro lado, o RDA apresenta granularidade alta com mais especificidade e refinamento na apresentação de um recurso, pois registra os dados em atributos mais apropriados, definidos e identificados sem ambiguidade.

Na visão de Estivill-Rius (2011a), o RDA, que foi projetado para facilitar a captura, o armazenamento, a recuperação e a visualização de dados com base nas mais avançadas tecnologias, continua a ser compatível com a tecnologia mais tradicional ainda em uso.

Serra (2013) analisa algumas limitações apresentadas pelo formato MARC 21 o qual não atende mais de forma coerente ao atual cenário, já que esse formato foi pensado para atender às necessidades descritivas de recursos informacionais predominantemente impressos. Entre as limitações do formato MARC 21, a autora destaca dificuldade para representar hierarquias, não inclusão de mídia rica, como capas e sumários, descrição rígida, confusa e dúbia.

Jaegger e Silva (2013) constataram que, no processo de “FRBrização” dos registros bibliográficos do catálogo coletivo da Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional, se identificaram diversas inconsistências nos campos MARC 21, entre eles: campo 856 (dados incompletos); campo 100 (padronização de entradas de nomes); e campos de classificação de assunto. Ainda que tenham ocorridos diversos erros na conversão dos dados, os autores afirmam que a implementação do modelo facilitou a pesquisa e a navegação no catálogo.

Em uma simulação do uso do modelo FRBR, Souza e Costa (2013) identificaram grande impacto na busca e na recuperação da informação. O modelo apresentou na simulação dados precisos e buscas mais dinâmicas, pois o modelo qualifica e individualiza as entidades pelos seus atributos e as relaciona concomitantemente, possibilitando o cumprimento das *users tasks* de forma simples e rápida. Entretanto, os autores fazem uma ressalva para que, antes de adotar tal modelo, seja necessário entender de forma clara seus conceitos, a fim de definir precisamente os atributos das entidades abstratas, especialmente obra e expressão.

Por outro lado, é preciso apresentar mudanças significativas e positivas na recuperação da informação, afinal o modelo conceitual FRBR por si só não é implementável, pois sua base é puramente conceitual e teórica (SILVA; SANTOS, 2012, p. 127). Na prática, o modelo necessita mais de estudos e de implementações.

A busca do usuário no catálogo atende, primeiramente, à tarefa de encontrar e, posteriormente, é necessário identificar o recurso informacional ou uma entidade, conforme descrito na próxima seção.

2.2 Identificar

A tarefa de identificar relaciona-se a uma importante função do catálogo, que é a de distinguir entre as muitas entidades disponíveis em um banco de dados aquela que atende aos interesses de busca do usuário.

Nos registros de autoridades, por exemplo, verifica-se a importância de criar registros para identificar as pessoas relacionadas a uma obra, pois apresenta formas conhecidas de um nome e outras informações a respeito daquela autoridade representada.

Para a eficiência de um catálogo na tarefa de identificar uma autoridade, é indispensável o uso intenso de remissivas com a finalidade de prever como o usuário pode buscar um nome. Assumpção e Santos (2012) destacam o uso de remissivas com a finalidade de melhorar a recuperação da informação e atender às tarefas realizadas pelos usuários.

Segundo Teixeira (2013, p. 9), “[...] o RDA, diferentemente do AACR2, aborda de forma consistente a questão das autoridades e o seu respectivo controle.” Assumpção e Santos (2013) corroboram com essa ideia e afirmam que o RDA é mais apto, se comparado ao AACR2, pois utiliza o registro dos atributos e dos relacionamentos na criação de registros de autoridade. Para o usuário, é de fundamental importância reconhecer, por meio dos atributos, as obras associadas à determinada pessoa.

Entre os processos envolvidos no controle de autoridades, Assumpção e Santos (2012) destacam a criação dos registros de autoridades, a manutenção de um sistema de autoridades e a vinculação desses registros aos registros bibliográficos.

Por reunir as diversas possibilidades que um nome pode ser encontrado como forma de pontos de acesso, os registros de autoridade auxiliam na utilização do catálogo à medida que reúnem as diversas formas que uma entidade pode ser conhecida (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2013).

Diversos autores mencionam a importância do controle de autoridades para a eficiência de um catálogo no atendimento das tarefas do usuário (ASSUMPÇÃO; SANTOS,

2012; ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2013; MOULAISON; DYKAS; BUDD, 2014; SANTANA CHAVARRIA, 2013; SERRA, 2013; SIMIONATO; SANTOS, 2012; TEIXEIRA, 2013; YOUNG; BROSS, 2011).

O controle de autoridades permite identificar uma entidade entre tantas outras em um catálogo e assim, possibilita ao usuário navegar pelos diversos atributos de um recurso informacional.

Com relação à navegabilidade que um catálogo deve apresentar, Maimone, Silveira e Tálamo (2011, p. 32) observam que “São os relacionamentos que permitem ao usuário navegar pelo catálogo e recuperar documentos do mesmo autor, do mesmo assunto etc.”. As autoras enfatizam que a representação de um recurso no catálogo deve ampliar as possibilidades para o usuário encontrar o que necessita.

Os relacionamentos entre as entidades é a parte mais rica dos modelos conceituais, pois permite um dinamismo em catálogos de bibliotecas. Almendra, Gomes e Tolentino (2012) afirmam que um catálogo construído nesse formato pode melhorar a recuperação da informação e a navegação pelo catálogo, o que ampliaria as opções ao usuário.

Picco e Ortiz Repiso (2012) analisaram o uso do RDA no registro dos diferentes tipos de relacionamentos. As autoras apontam a necessidade de se desenvolverem ferramentas inovadoras capazes de representar os relacionamentos de maneira mais clara e mais adequada para os usuários que os atuais catálogos.

Para estabelecer os vínculos é necessário que o catalogador consiga identificar no recurso que está sendo catalogado quais são as obras relacionadas. Carvalho, Santos e Alves (2012, p. 8) expressam o que ocorre com os relacionamentos entre as entidades:

As Entidades estabelecem vários tipos de relações entre elas, podendo estar explicitadas no item ou necessitem de consulta a outras fontes para identificá-las. O resultado desses relacionamentos é que irá permitir o estabelecimento dos vínculos existentes entre as entidades dos grupos 1 e 2 além de permitir e facilitar a navegação do usuário pelos dados de um catálogo, base de dados etc.

No entanto, não é tarefa fácil identificar os vínculos entre as obras e, muitas vezes, causa dúvida no que diz respeito ao que é obra, expressão e manifestação, dificultando, dessa forma, a catalogação. Além de realizar pesquisas em diferentes fontes de informação, é necessário ao catalogador aprofundar os estudos acerca das entidades principais e conhecer os limites entre elas.

Essa inconsistência no modelo FRBR é um problema apontado por alguns autores. Silva e Santos (2012, p. 125) atentam para a falta de clareza na conceitualização das delimitações entre as entidades e afirmam que “Muitos dos limites entre entidades são complicados de serem estipulados [...]”.

Almendra, Gomes e Tolentino (2012, p. 4) esclarecem que, por serem abstratas, é difícil determinar com exatidão a obra e a expressão, assim como definir o que será considerado nova obra e nova expressão. Os autores salientam ainda que “O ponto de corte é constituído através da separação da mesma obra transformando-se em nova obra.”

Santos (2012) desenvolveu um estudo bastante completo acerca da entidade obra e menciona uma série de imprecisões e dificuldades referentes às entidades bibliográficas apresentadas no modelo FRBR. O autor destaca que é essencial rever esse modelo já que existem muitas inconsistências, interpretações variadas e redundâncias, além de ausência de limites claros entre as entidades e ocorrência de falsas associações. Destaca igualmente que há pouca explicitação dos relacionamentos entre as entidades e ressalta que “É possível que essas lacunas sejam provocadas pela incompreensão do conceito de obra em Catalogação [...]” (SANTOS, 2012, p. 2).

Portanto, para identificar os relacionamentos e estabelecer corretamente os vínculos, é preciso conhecer plenamente os conceitos determinados nos FRBR e moldar os registros adequadamente no momento da catalogação. O catalogador necessita conhecer as características para diferenciar as principais entidades do modelo conceitual, ou seja, obra, expressão e manifestação.

Os autores El-Sherbini e Curran (2011) constatam que os catalogadores enfrentarão mudanças ao descrever os itens informacionais usando o RDA, sobretudo com a eliminação de abreviaturas, bem como com a identificação de relações entre manifestações de uma obra.

Quanto à relação existente entre essas entidades, Cunha e Espírito Santo (2012, p. 2) definem que uma expressão realiza uma obra; no entanto, ela necessita de um suporte material, pois do contrário a obra continua parte do imaginário de seu criador para chegar a outros e “Para que isso ocorra, existe a manifestação que materializa essa expressão.” O importante nessa questão é ter definido os limites entre cada uma dessas entidades.

O usuário, após identificar uma entidade e visualizar no catálogo a ocorrência de diversos itens relacionados àquela entidade, precisa selecionar qual atende à necessidade informacional. A tarefa de selecionar é descrita na próxima seção.

2.3 Selecionar

Retoma-se a importância do controle de autoridades como possibilidade de o usuário poder navegar entre os vários recursos associados a uma entidade e encontrar aquela que condiz com as necessidades, independentemente se o usuário do catálogo sabe os nomes

pelos quais uma pessoa é conhecida (ASSUMPCÃO; SANTOS, 2012). Além de identificar uma entidade, permite ao usuário distinguir e selecionar um recurso.

A possibilidade de selecionar um recurso informacional em um catálogo acontece de diversas formas utilizando os atributos de uma entidade, como por exemplo, nome dos autores e títulos. A forma mais usual, possivelmente, é pelos pontos de acesso temáticos, vale dizer, os assuntos abordados no conteúdo de um documento.

Assim, é fundamental estudar e conhecer como ocorre o tratamento descritivo e o tratamento temático de um recurso. Conforme Maimone, Silveira e Tálamo (2011), o usuário nem sempre percebe a diferença entre esses dois processos. De acordo com as autoras, o usuário explora o catálogo e modifica seus critérios de busca constantemente, mas a segmentação temática ou descritiva passa despercebida. “A recuperação da informação é plena quando todas as suas formas (temática e descritiva) são exploradas e desenvolvidas.” (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011, p. 34).

No entanto, o tratamento temático, segundo observam Dias e Naves (2007), apresenta uma forte subjetividade. Logo, é uma tarefa realizada de acordo com o estilo do catalogador, quer dizer, adotam-se os próprios critérios na escolha dos termos que representam o conteúdo temático de um recurso informacional.

De acordo com Dias e Naves (2007, p. 9), essa tarefa de analisar o assunto de uma obra está sujeita à interferência de diversos fatores ligados ao catalogador, “[...] como nível de conhecimento prévio do assunto de que trata o documento, formação e experiência, subjetividade, além de fatores linguísticos, cognitivos e lógicos.” Mesmo que a instituição adote uma política interna de indexação, os fatores mencionados interferem no tratamento temático de um recurso. Para melhor desempenhar a tarefa de selecionar um recurso, o catalogador precisa identificar as reais necessidades dos usuários e apresentar o conteúdo temático de forma simples e acessível.

O tratamento descritivo dos recursos é um processo de identificação das características físicas relacionadas ao suporte, mídia e conteúdo, enquanto o tratamento temático exige mais tempo e um rigor maior, além de consultas a fontes de informação externas para identificar melhor os autores e os conceitos.

No entendimento de Dias e Naves (2007, p. 68), “A atividade de identificar a(s) ideia(s) principal(ais) do texto exige a capacidade de compreensão de seu conteúdo, o que está ligado a processos cognitivos.” Assim, é possível inferir que o tratamento temático exige maior atenção pelo fato de que é um processo individualizado para cada recurso, enquanto algumas das características atribuídas no tratamento descritivo aplica-se aos mesmos documentos de uma mesma categoria, como, por exemplo, teses e dissertações em formato eletrônico.

Os dois processos, temático e descritivo, estão relacionados e são intrínsecos na catalogação de um recurso informacional. Sendo assim, no que se refere à qualidade de um catálogo, pode-se inferir que ela é medida pela descrição física e intelectual do documento, de modo que satisfaça as necessidades informacionais do usuário (CUNHA; ESPÍRITO SANTO, 2012).

Portanto, é essencial considerar, nos estudos sobre o RDA, a importância do tratamento temático e descritivo para a realização da tarefa selecionar. Ambos os processos de identificar fisicamente um recurso, bem como definir seu conteúdo temático contribuem para a tarefa de selecionar a medida em que representam a informação em um catálogo. Por outro lado, essa representação da informação necessita ser descomplicada e, ao mesmo tempo, eficiente.

Após as tarefas de encontrar, identificar e selecionar os itens de um catálogo, o usuário precisa obter os recursos informacionais que atendam às suas necessidades. A seguir, descreve-se como é possível atender a tal tarefa com a utilização do RDA.

2.4 Obter

Para atender plenamente à tarefa de obter e que, de fato, o usuário consiga obter e acessar os recursos informacionais para suprir suas demandas, um dos principais requisitos em unidades de informação é possuir um catálogo eficiente que realize buscas sistemáticas com recuperação inteligente da informação. O padrão RDA aliado aos modelos conceituais da família FRBR tem a intenção de atender eficazmente a todas as tarefas dos usuários.

Araújo (2010) realizou pesquisa com base em vários estudos que defendem uma abordagem diferente da apresentação da informação para os usuários em catálogos de bibliotecas. Os estudos do autor mostram o baixo grau de interesse do consulente, quando da busca por informação nesses catálogos. Por conseguinte, apresentar ao usuário descrições físicas em registros bibliográficos com dados inconsistentes ou confusos não atende às necessidades informacionais e deve ser evitado.

O catálogo, para ser eficiente, deve permitir ao usuário a navegabilidade proposta pelos requisitos funcionais para dados bibliográficos, pois os FRBR objetivam organizar a informação de forma diferenciada sob um novo foco (SAMPAIO, 2012, p. 2). Dessa forma, o modelo atua como uma mudança de paradigma na área de catalogação, na qual predominam os recursos provenientes do ambiente digital. No entanto, é necessária a seguinte ponderação:

[...] o modelo FRBR não resolve e nem irá resolver todos os problemas teóricos percebidos numa época em que a tecnologia predomina nos processos de organização e representação da informação, porém é

fundamental que possamos visualizá-lo como uma ferramenta que avalia e questiona o “velho paradigma” (SAMPAIO, 2012, p. 8).

A catalogação contemporânea, assim, depende não só de ferramentas como o RDA para melhor descrever os recursos no ambiente digital. As inovações dependem de um sistema mais robusto que apresente os relacionamentos bibliográficos existentes entre as obras e que ainda permita ao usuário explorá-los.

Na realização das tarefas dos usuários, a tarefa obter torna-se imprescindível como o último estágio do processo de busca da informação. Nesse sentido, em um OPAC obter a informação. Portanto, não basta que o catálogo permita apenas encontrar, identificar ou selecionar. É relevante oferecer condições para a obtenção de um item, seja por meio de um vínculo interno ou externo à unidade de informação.

Para a implantação do novo padrão RDA, Santana Chavarria (2013) destaca que essa mudança implica novas exigências e investimentos de recursos de todos os tipos, especialmente econômicos, pois exige pessoal preparado e aparato tecnológico compatível. A autora recomenda que é necessário investir em treinamento de pessoal envolvido, adotar políticas institucionais e procurar apoio do setor responsável pela informática, buscando o planejamento da implementação a fim de tomar decisões acertadas com mais segurança.

Segundo Maurer e Panchyshyn (2014), no processo de implementação do RDA é essencial considerar fatores como apoio administrativo, treinamento, documentação, estabelecimento de procedimentos e custos locais. Os catalogadores precisam ainda estabelecer critérios mínimos de acordo com a instituição para catalogar em RDA (McCUTCHEON, 2012a).

Araújo (2010, p. 21) tece uma importante crítica ao papel do bibliotecário no desenvolvimento de catálogos quando afirma que os profissionais “[...] continuam replicando práticas repressoras de pouca ou nenhuma hipertextualidade [...]”. O bibliotecário deve estar a frente do processo e planejar como funcionaria melhor um catálogo para que atenda às tarefas dos usuários.

Simionato e Santos (2013) consideram o catalogador como o sujeito institucional que possui conhecimento estratégico e que pode atuar como um projetista do catálogo na construção de um modelo ideal de banco de dados, utilizando a modelagem conceitual, sem inconsistências ou anomalias na busca e na recuperação da informação.

Na compreensão de Silva e Santos (2012), o modelo conceitual realiza o *design* do sistema, para que, pautado no domínio para o qual ele esteja sendo desenvolvido, descreva os elementos que deverão ser modelados e como estes se relacionarão uns com os outros.

Destaca-se que se realizaram algumas implementações, apresentando resultados positivos na recuperação da informação.

Tabosa e Paes (2012), quando se referem ao RDA como nova ferramenta para catalogar, destacam a dificuldade para catalogadores, na prática; e, para professores, no ensino dessa nova temática, por ser uma ferramenta ainda não totalmente em uso. Ou seja, para que o modelo FRBR seja plenamente aplicado e, conseqüentemente também o RDA, são necessários estudos e planejamento de modo que haja uma integração de esforços entre profissionais.

De acordo com Araújo (2010), há outras formas de melhor atender ao usuário por meio dos catálogos. O autor cita como possíveis soluções o uso de ontologias, *web* semântica, além dos modelos conceituais. Bezerra e Marcondes (2012) também mencionam a *web* semântica vinculada ao modelo conceitual FRBR como possibilidade de melhorias da recuperação da informação. Segundo os autores, esse modelo permite dar precisão semântica aos catálogos no ambiente digital e garante uma catalogação mais eficiente.

Serra (2013) esclarece que é necessário os catalogadores iniciarem estudos, capacitação e planejamento sobre a aplicação das regras do RDA. A autora sugere ainda que os sistemas de bibliotecas devem permitir a existência de registros híbridos, com elementos criados em AACR2, porém incluindo na descrição também elementos em RDA.

Outra questão levantada por Serra (2013) é com relação ao formato MARC 21. A autora cita a descontinuidade do formato MARC 21 com a transição do formato para uma estratégia mais suave, como a linguagem XML, e que deve conter características mais adequadas, como, por exemplo, versatilidade; extensibilidade; abertura e transparência; padrões mínimos ou máximos; administração cooperativa; modular; hierarquia; granularidade; e auxílio ao usuário.

Nota-se que é essencial o envolvimento dos bibliotecários com os profissionais da Ciência da Computação com a finalidade de entendimento, planejamento e desenvolvimento de sistemas mais adequados às necessidades dos usuários.

A LC está desenvolvendo um novo formato, chamado BIBFRAME, que atuaria “[...] como uma possibilidade para melhor acomodar as necessidades descritivas atuais e futuras” (SERRA, 2013, p. 8). Na página da LC (LIBRARY..., 2015), é possível verificar que o novo formato está em fase avançada de implementações e testes, com a disponibilização de vocabulários, amostras de registros de dados e *downloads* de arquivos para as instituições interessadas nos testes.

Nesse contexto, com a implantação gradativa do novo formato BIBFRAME e do padrão RDA, a tendência é que existam registros híbridos, como os da LC, que, segundo Serra (2013), são registros que apresentam discordâncias ou dificuldades nas interligações.

O primeiro passo para a elaboração desses registros híbridos contendo elementos em AACR e em RDA seria a inclusão de novos campos no MARC 21 para dados bibliográficos e de dados de autoridades. Ademais, também é essencial estipular uma política institucional de catalogação e treinamento da equipe. A LC desenvolveu o Programa de Catalogação Cooperativa (PCC) como forma de preparar os profissionais para a implantação do RDA (BROSS; HAWKINS; NGUYEN, 2013; CULBERTSON; HAWKINS, 2013).

É consenso entre diversos autores (JAEGGER; SILVA, 2013; MCCUTCHEON, 2012b; MAURER; PANCHYSHYN, 2014; SERRA, 2013; SIMIONATO; SANTOS, 2013; SOUZA; COSTA, 2013; TEIXEIRA, 2013; VEITCH *et al.*, 2013) que é imprescindível aos profissionais atuantes em catalogação capacitarem-se quanto ao entendimento dos conceitos dos modelos conceituais da família FRBR, assim como das regras e estrutura da nova diretriz RDA, e desenvolverem estudos e aplicações desses novos padrões.

Sob outro enfoque, McCutcheon (2012b) reflete que, para os usuários internos do catálogo, as informações encontradas nos registros novos em RDA exigirão aprendizado, ou seja, os bibliotecários que se utilizam do catálogo para atender ao público em uma unidade de informação precisam estar preparados para as inovações.

3 Considerações Finais

A visão do usuário de um catálogo é o foco dos modelos conceituais já que foram desenvolvidos baseados nas tarefas básicas que o usuário realiza na busca pela informação. O RDA é a nova diretriz da catalogação que visa descrever recursos de forma a ampliar as opções do usuário e melhorar a recuperação da informação. Assim, com base nas considerações apresentadas pelos diversos autores neste estudo, é possível destacar alguns pontos.

Primeiramente, quando da implementação do RDA, é necessário elaborar políticas institucionais que considerem as necessidades dos usuários dos catálogos, incluindo nesta categoria também os catalogadores. A instituição que resolver implementar o novo padrão para descrever recursos deve adotar um nível de detalhamento que seja compatível com suas necessidades.

A implementação do RDA provocará um forte impacto no conjunto de habilidades da nova biblioteca e dos profissionais da informação (VEITCH *et al.*, 2013). Em suma, o paradigma da catalogação de forma geral continua em discussão e, aos poucos, vai modificando-se. O

imprescindível é que os profissionais atuantes em unidades de informação se adaptem às práticas nesse novo contexto.

Segundo Picco e Ortiz Repiso (2012, p. 166), a adoção do RDA, de imediato, não apresenta benefícios em sua implementação, pois depende de sistemas que consigam armazenar toda a informação descrita pelas novas regras. É necessário desenvolver novas interfaces para que o usuário perceba as mudanças.

Por outro lado, Hatsek e Hillesheim (2013, p. 17) são otimistas e afirmam que existe viabilidade e grande possibilidade de êxito na aplicação do RDA, principalmente “[...] para a solução de problemas relacionados à padronização e interoperabilidade dos dados bibliográficos disponíveis em bases de dados.” Nesse sentido, é possível prever que o RDA, de modo geral, proporcionará melhorias significativas nos catálogos atendendo às tarefas dos usuários.

Por outro lado, os catalogadores como gestores da informação e participantes da tomada de decisões no que diz respeito à política institucional de catalogação, necessitam estudar os modelos conceituais, FRBR, FRAD e FRAD, bem como as instruções recomendadas pelo RDA.

Os registros de autoridades igualmente merecem atenção por apresentar importante papel na tarefa de identificar uma entidade. Os catálogos atuais, em sua grande maioria, não apresentam aos usuários a opção de verificar os dados referentes a uma pessoa ou entidade.

O tratamento descritivo, em conjunto com o temático, possibilita ao usuário de um catálogo cumprir a tarefa de selecionar um recurso, desde que sejam desenvolvidos sistemas de gerenciamento de acervo mais robustos que os atualmente em uso adaptados às inovações propostas pelo RDA e pelos modelos conceituais. A navegabilidade é a principal característica que um catálogo precisa apresentar ao usuário.

Os pontos em destaque proporcionam novos estudos e pesquisas a serem desenvolvidas na área, e retomam questões discutidas por profissionais que se preocupam com a prática da catalogação, mas principalmente com as pesquisas na área, visto que a base de toda prática está em avaliar a teoria e a prática nas unidades de informação.

Referências

ALMENDRA, G.; GOMES, J. N.; TOLENTINO, V. de S. A análise do grupo 1 dos FRBRs na obra *Gabriela, cravo e canela*. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012, Rio de Janeiro. [Trabalhos publicados]... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <<http://gepcat.blogspot.com.br/2012/10/i-enacat-e-iii-eepc-trabalhos.html>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

ALVES, R. C. V.; SANTOS, P. L. V. A. da C.; SIMIONATO, A. C. Aspectos de granularidade na representação da informação no universo bibliográfico. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012, Rio de Janeiro. [Trabalhos publicados]... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <<http://gepcat.blogspot.com.br/2012/10/i-enacat-e-iii-eepc-trabalhos.html>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

ARAÚJO, A. P. Catálogo da biblioteca: o objeto orientado ao usuário. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 20-36, 2010.

ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. C. A importância do controle de autoridade: uma abordagem baseada nos objetivos e nas funções dos catálogos. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012, Rio de Janeiro. [Trabalhos publicados]... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <<http://gepcat.blogspot.com.br/2012/10/i-enacat-e-iii-eepc-trabalhos.html>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

_____. A utilização do Resource Description and Access (RDA) na criação de registros de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 203-226, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2013v18n37p203>>Acesso em: 30 jan. 2014.

BEZERRA, D. A.; MARCONDES, C. H. O modelo FRBR e a busca de semântica na catalogação e recuperação de informações em ambientes digitais. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012, Rio de Janeiro. [Trabalhos publicados]... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <<http://gepcat.blogspot.com.br/2012/10/i-enacat-e-iii-eepc-trabalhos.html>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

BROSS, V.; HAWKINS, L.; NGUYEN, H. CONSER Serial RDA Workflow. **Serials Librarian**, v. 64, n. 1-4, p. 211-215, 2013.

CARVALHO, A. M. F. de; SANTOS, M. J. V. da C.; ALVES, N. F. Os conceitos básicos da tecnologia da informação e comunicação (TICS) para o entendimento dos FRBR: a experiência da UFRJ. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012, Rio de Janeiro. [Trabalhos publicados]... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <<http://gepcat.blogspot.com.br/2012/10/i-enacat-e-iii-eepc-trabalhos.html>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano. 2. ed. São Paulo: Febab, 2004. 2 v.

CULBERTSON, R.; HAWKINS, L. The Development of the Provider-Neutral E-Resource MARC Record Guide: P-N/RDA Version. **Serials Review**, v. 39, n. 1, p. 62-63, 2013.

CUNHA, B. A. C. da; ESPÍRITO SANTO, I. do. O modelo FRBR como base para análise de catálogo em biblioteca universitária. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012, Rio de Janeiro. [Trabalhos publicados]... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <<http://gepcat.blogspot.com.br/2012/10/i-enacat-e-iii-eepc-trabalhos.html>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus. 2007. (Estudos Avançados em Ciência da Informação; v. 3).

EL-SHERBINI, M.; CURRAN, M. Resource Description and Access "RDA": New Code for Cataloging. **Serials Librarian**, v. 60, n. 1-4, p. 7-15, 2011.

ESTIVILL-RIUS, A. New Cataloguing rules: steps toward a promising but uncertain future. **Análisis de tendencias en información y documentación**, p. 162-167, 2011a.

_____. Resource description and access, RDA. un nuevo retraso para preparar mejor el cambio. **Profesional de la Información**, v. 20, n. 6, p. 694-700, 2011b.

HATSEK, I. N.; HILLESHEIM, A. I. A. Resource Description and Access (RDA) e as mudanças na catalogação. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. [**Trabalhos publicados**]... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.enacat.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional requirements for authority data**: a conceptual model. Final report. 2013. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. **Functional requirements for bibliographic records**: final report. 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. **Functional requirements for subject authority data (FRSAD)**: a conceptual model. 2010. Disponível em: <<http://www.ifla.org/node/5849>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

JAEGGER, M. de F. P.; SILVA, S. D. J. da. O catálogo da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) no portal LEXML: aplicação do FRBR. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. [**Trabalhos publicados**]... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.enacat.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

LIBRARY OF CONGRESS. **BIBFRAME**. Bibliographic Framework Initiative. 2015. Disponível em: <<http://www.loc.gov/bibframe/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan. /abr. 2011.

MAURER, M. B.; PANCHYSHYN, R. S. Understanding the why: a case study in managing the RDA implementation. **Cataloging and Classification Quarterly**, v. 52, n. 3, p. 259-284, 2014.

McCUTCHEON, S. Designing policy for copy cataloging in RDA. **Library Collections, Acquisitions, & Technical Services**, v. 36, n. 3-4, p. 69-78, 2012a.

_____. RDA and the Reference Librarian: What to Expect from the New Cataloging Standard. **Reference Librarian**, v. 53, n. 2, p. 123-137, 2012b.

MEY, E. S. A. **Catálogo e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987.

_____; SILVEIRA, N. C. Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 1, n. 1, p. 125-137, 2010.

MOULAISON, H. L.; DYKAS, F.; BUDD, J. M. Foucault, the author, and intellectual debt: capturing the author-function through attributes, relationships, and events in knowledge organization systems. **Knowledge Organization**, v. 41, n. 1, p. 30-43, 2014.

OLIVER, C. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

PICCO, P.; ORTIZ REPISO, V. The contribution of FRBR to the identification of bibliographic relationships: the new RDA-based ways of representing relationships in catalogs. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 50, n. 5-7, p. 622-640, 2012.

RDA Toolkit: **Resource Description & Access**. 2010. Disponível em: <<http://access.rdatoolkit.org/>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

SALLES, A.; ESTEVES, V. B. Título uniforme para publicações seriadas: uma proposta a partir do acervo da Coordenadoria de Publicações Seriadas da Biblioteca Nacional Brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012, Rio de Janeiro. **[Trabalhos publicados]**... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <<http://gepcat.blogspot.com.br/2012/10/i-enacat-e-iii-eeepc-trabalhos.html>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

SALTA, G. RDA, Descripción y Acceso al Recurso: bases, estructura e implementación. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012, Rio de Janeiro. **[Trabalhos publicados]**... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <<http://gepcat.blogspot.com.br/2012/10/i-enacat-e-iii-eeepc-trabalhos.html>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

SAMPAIO, D. A. Considerações sobre os FRBR e representação descritiva da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012, Rio de Janeiro. **[Trabalhos publicados]**... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <<http://gepcat.blogspot.com.br/2012/10/i-enacat-e-iii-eeepc-trabalhos.html>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

SANTANA CHAVARRIA, E. Aplicación de RDA en la Biblioteca Nacional de México: avances y perspectivas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. **[Trabalhos publicados]**... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.enacat.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

SANTOS, M. N. dos. O conceito e a instanciação de obra em catalogação. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012, Rio de Janeiro. **[Trabalhos publicados]**... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <<http://gepcat.blogspot.com.br/2012/10/i-enacat-e-iii-eeepc-trabalhos.html>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SERRA, L. G. O formato MARC e o RDA: tempos de mudanças? In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. [Trabalhos publicados]... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.enacat.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

SILVA, R. E. da; SANTOS, P. L. V. A. da C. Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR): considerações sobre o modelo e sua implementabilidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 116-129, jul. /dez. 2012. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/214>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

SIMIONATO, A. C.; SANTOS, P. L. V. A. da C. Metadados para a representação da imagem digital. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012, Rio de Janeiro. [Trabalhos publicados]... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <<http://gepcat.blogspot.com.br/2012/10/i-enacat-e-iii-eeepc-trabalhos.html>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. O processo de modelagem conceitual (entidade-relacionamento) na catalogação: a criação dos requisitos funcionais para dados imagéticos digitais (RFDID). In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. [Trabalhos publicados]... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.enacat.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

SOUZA, E. G. de; COSTA, W. F. C. Repositórios digitais: um estudo da aplicação do modelo conceitual FRBR na estrutura descritiva. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. [Trabalhos publicados]... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.enacat.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

TABOSA, H. R.; PAES, D. M. B. Ferramentas tecnológicas na representação descritiva de documentos: abordagem como conteúdo e como instrumentos. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 78-85, 2012.

TEIXEIRA, M. V. O RDA no controle de autoridades do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. [Trabalhos publicados]... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.enacat.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

VEITCH, M. *et al.* The UNC-Chapel Hill RDA Boot Camp: preparing LIS students for emerging topics in cataloging and metadata. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 51, n. 4, p. 343-364, 2013.

YOUNG, J. B.; BROSS, V. Results of the CRCC Informal RDA Testing Task Force. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 49, n. 7-8, p. 600-606, 2011.

Recebido/Recibido/Received: 2015-08-06.
Aceitado/Aceptado/Accepted: 2016-04-17.